

A noção de política nas eleições paraibanas de 2010¹

Clara CÂMARA²

Resumo:

Este artigo discute os sentidos que são construídos para a noção de política, a partir da análise de jornais paraibanos, nas eleições estaduais de 2010. A análise qualitativa de 23 matérias, 15 do *Jornal da Paraíba* e 8 do *Correio da Paraíba*, entre julho e novembro de 2010, evidenciou que as críticas às práticas personalistas e coronelistas permearam a cobertura da campanha dessas eleições.

Palavras-chave: jornalismo; eleições paraibanas; imaginário; política.

The notion of politics in the 2010 Paraíba's elections

Abstract:

This article discusses the meanings that are constructed for the notion of politics from the analysis of newspapers from Paraíba, in the state elections of 2010. The qualitative analysis of 23 news articles, 15 from *Jornal da Paraíba* and 8 from *Correio da Paraíba*, between July and November 2010, it became clear that criticisms of personalist and coronelist practices permeated the campaign coverage of these elections.

Keywords: journalism; Paraíba's elections; imaginary; politics.

La notion de política en las elecciones de Paraíba de 2010

Resumen:

Este artículo discute los significados que se construyen para la noción de política, a partir del análisis de periódicos de Paraíba, en las elecciones estatales de 2010. El análisis cualitativo de 23 artículos de noticias, 15 del *Jornal da Paraíba* y 8 del *Correio da Paraíba*, entre julio y noviembre de 2010, quedó claro que las críticas a las prácticas personalistas y coronelistas permearon la cobertura de campaña de estas elecciones.

Palabras clave: periodismo; elecciones de Paraíba; imaginário; política.

Introdução

Este artigo discute os sentidos que são construídos para a noção de política, a partir da análise de jornais paraibanos. Tendo como base as eleições estaduais de 2010 na Paraíba,

¹ As reflexões contidas neste artigo fazem parte da dissertação da autora, defendida em 2015, sob o título *O bem comum, o poder e a liberdade no discurso político: uma análise das noções de política enunciadas no Jornal da Paraíba e no Correio da Paraíba nas eleições estaduais de 2010*, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (PPGC/UFPB).

² Jornalista, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (PPGC/UFPB) e Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora adjunta do curso de Mídias Digitais da UFPB. *E-mail:* clarabcamara@gmail.com

a análise tem como principal objetivo discutir os sentidos construídos para a noção de política nesse período.

Para isso, é proposta uma reflexão a respeito da noção de imaginário. Parte-se da ideia de que as apropriações da noção de política feitas pelos jornais paraibanos foram enriquecidas por características específicas do contexto político brasileiro e local. As características estão presentes na forma como a ideia de política é construída, vivenciada e retratada no imaginário paraibano, e, por isso, tornou-se importante discutir esse conceito, a partir das observações feitas por Maffesoli (2001) e Durand (1994).

Em termos metodológicos, foi realizada uma análise qualitativa da cobertura jornalística paraibana, entre julho e novembro de 2010, período que marcou a preparação para as eleições estaduais e o seu término. A coleta de dados compreendeu matérias publicadas na editoria de Política de dois periódicos: *Jornal da Paraíba* (JP) e *Correio da Paraíba* (CP). Primeiramente, foram selecionadas matérias que contivessem declaração de um dos dois candidatos principais das eleições de 2010, José Maranhão (à época, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB)³ e Ricardo Coutinho (do Partido Socialista Brasileiro-PSB). Na sequência, dessas matérias inicialmente selecionadas, foram consideradas na análise apenas as que faziam referência à noção de política. A análise geral levou em consideração 15 matérias do *Jornal da Paraíba* e 8 matérias do *Correio da Paraíba*.

O artigo começa com uma discussão sobre o conceito de imaginário político. Na sequência, demonstram-se alguns dos elementos que circundam o imaginário político paraibano, em seus ecos passados e ressignificações mais atuais. Por fim, são expostos os enunciados jornalísticos que guiaram a análise, no contexto das eleições estaduais de 2010.

Notas sobre o imaginário

Para o sociólogo francês Michel Maffesoli (2001), o imaginário tem algo que não se pode avaliar e essa característica não o desqualifica como objeto de análise. De acordo com o autor, esse conceito possui fronteiras complexas para serem delimitadas, porque inclui o racional, o concreto e aquilo que paira no ar sem muita explicação, algo que “carrega também algo de imponderável, um certo mistério da criação ou da transfiguração” (MAFFESOLI, 2001, p. 75).

³ Em 2018, o nome do partido foi alterado de Partido do Movimento Democrático Brasileiro, cuja sigla era PMDB, para Movimento Democrático Brasileiro, o atual MDB. Aqui, para respeitar o tempo da coleta e análise, faz-se referência ao nome antigo.

Maffesoli (2001) parte da relação entre o objetivo e o subjetivo para delinear o que entende por imaginário, argumentando que haverá partes nesse processo que são impossíveis de serem explicadas. Isso significa que, para ele, compreender o imaginário envolve entender que há dois elementos que, embora pareçam antagônicos, funcionam juntos: a objetividade e a subjetividade. O objetivo é o que está dado, o que é facilmente decifrado por nós, porque é conhecido, familiar. Já o subjetivo é o elemento que permanece uma incógnita, pois não temos informações para decifrá-lo.

O real não fica de fora da concepção de imaginário do autor francês. Ao contrário, ele a complementa. Afinal, é em busca pelo que está além do real que o estudo do imaginário se debruça: a busca pelo subjetivo. Esse lado subjetivo, por sua vez, só pode ser indicado como tal porque há o elemento real, objetivo, para deixar em evidência a lacuna.

A questão da imagem também se apresenta nas ponderações de Maffesoli (2001, p. 76), ao afirmar que “não é a imagem que produz o imaginário, mas o contrário”. Essas imagens, segundo Maffesoli, já são consequências do imaginário que nos rodeia, construído justamente com influência desses traços históricos e, principalmente, a partir da coletividade. Essa construção mental (MAFFESOLI, 2001) é algo que está vinculado a uma construção coletiva e não individualizada.

Dessa forma, pode-se considerar uma aproximação entre o imaginário e a cultura, já que a ela estaria reservada também essa ideia de coletividade. É nesse sentido que é possível pensar a questão do imaginário político paraibano, permeado por construções que estão longe de serem racionais e palpáveis, as quais estão em um patamar subjetivo (MAFFESOLI, 2001) e que, ainda assim, encontram respaldo na história e nas características políticas da região e do país, o que confirma a relação estreita com a cultura.

Essa associação do imaginário com os traços culturais também é encontrada nas formulações do antropólogo francês Gilbert Durand (2004). Para o autor, o imaginário é “um ‘museu’ de todas as imagens passadas, possíveis, produzidas e a produzir” (DURAND, 2004, p. 6). Essa ideia é aprofundada com base no entendimento de que a nossa sociedade, a partir do século XX, viu-se envolta em um *boom* de imagens que surgiam por uma infinidade de canais, como a fotografia e o cinema. Essas imagens não se colocavam apenas como uma novidade a ser celebrada, colocavam-se também como um fator que punha em dúvida os próximos passos de uma imprensa escrita já consolidada, mas que precisava se

reciclar para continuar em evidência.

O autor propõe identificar os elementos que compõem o imaginário dos indivíduos de forma didática, recorrendo às referências da psicanálise de Sigmund Freud e Carl Jung. Dessa forma, pode-se conceber o “conjunto imaginário” (DURAND, 2004) como constituído por três diferentes camadas. Na parte mais profunda desse conjunto, estaria o “id” antropológico, em referência ao inconsciente abordado por Freud e sequencialmente por Jung. É de Jung que Durand apreende e reformula alguns conceitos, como o de inconsciente coletivo, que Durand (2004) chama de “inconsciente específico”.

A outra camada do conjunto imaginário de Durand (2004, p. 94) é a zona das estratificações sociais, “onde são modelados os diversos papéis conforme as classes, castas, faixas etárias, sexos e graus de parentesco ou em papéis valorizados e papéis marginalizados”, correspondendo, assim, ao que seria o “ego” de Freud, um dos componentes do consciente.

Já na terceira camada, a mais superficial do conjunto, estaria o que corresponde ao “super-ego” da sociedade, responsável por “organizar, frequentemente, a racionalizar em códigos, planos, programas, ideologias, pedagogias e papeis positivos do ‘ego’ sociocultural” (DURAND, 2004, p. 95). Assim, pode-se vislumbrar o caminho que a imagem percorre, do momento em que é concebida no íntimo de cada indivíduo, levando em consideração suas experiências, passando para um nível de profundidade intermediária, no qual as imagens podem ser filtradas a partir de aspectos gerais de concepção de mundo, e chegando ao plano mais superficial, em que se junta aos códigos gerais da sociedade, compartilhados e absorvidos por um extenso número de indivíduos.

De dentro para fora, essa infinidade de imagens que construímos e compartilhamos representa um repertório de concepções sobre determinado assunto, diferentes maneiras de visualizar questões do dia a dia, como questões culturais, de trabalho ou até mesmo das ideias que circundam a noção de política em um período eleitoral.

O contexto das eleições paraibanas

A corrida eleitoral para o governo da Paraíba, ocorrida em 2010, foi protagonizada por José Maranhão (PMDB) e Ricardo Coutinho (PSB). Apesar de afastado do governo, Cássio Cunha Lima (Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB) – figura proeminente da

política paraibana, junto com sua família – não se ausentou da disputa, candidatando-se ao Senado e ainda se colocando a favor de Ricardo Coutinho.

À época, a candidatura de Cássio Cunha Lima estava convivendo com a possibilidade de ser impugnada, devido à sua cassação por abuso de poder político e econômico, ocorrida em 2008, e que esbarrava na recém-aprovada Lei da Ficha Limpa⁴. Após sua cassação e de seu vice, José Lacerda Neto (Democratas-DEM), quem assumiu o governo da Paraíba foi o segundo colocado nas eleições de 2006, José Maranhão.

Diante desse cenário, emerge o primeiro aspecto relacionado à noção de política que permeou essas eleições: o coronelismo. Em 2002, quando a disputa era entre o apadrinhado de Maranhão, Roberto Paulino (PMDB), e Cássio Cunha Lima (PSDB), a campanha do peemedebista fez duras críticas relacionadas ao poder que a família Cunha Lima detinha no meio político paraibano, com intensas referências aos fantasmas do atraso político que representava. A tática da campanha de Paulino, de acordo com Vieira (2006), era fazer com que essas referências à família Cunha Lima fizessem sentido.

Em oposição a esses estigmas, colocou-se o lado maranhista como uma solução para as mazelas do passado, com uma abordagem relacionada “à retidão e à austeridade na administração do dinheiro público e à realização de obras fundamentais, historicamente postergadas” (VIEIRA, 2006, p.20). Essa foi uma forma de atrelar a força do núcleo Cunha Lima a tudo que é nocivo na política, e o núcleo maranhista ao pensamento progressista e desvinculado de qualquer prática de subserviência política.

No entanto, na eleição seguinte, em 2010, o cenário se inverteu. O apadrinhado de Cássio Cunha Lima, Ricardo Coutinho, confrontava-se com o próprio Maranhão. Como será visto na análise das matérias, na próxima seção, Maranhão foi frequentemente acusado de representar o atraso da política dos coronéis. Em resumo, a eleição de 2010 trouxe novos e velhos personagens, rearranjos de antigos debates e o aprofundamento da polarização da política paraibana. É nesse contexto que a análise acontece.

4 Sancionada em junho de 2010, a Lei da Ficha Limpa deixou a dúvida sobre quando passaria a vigorar: se nas eleições daquele ano ou nas próximas, as municipais de 2012. Porém, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que a lei não poderia ser adotada para as eleições gerais de 2010, porque isso desrespeitaria o artigo 16 da Constituição, que estabelece que normas no processo eleitoral só devem ser aplicadas um ano após a sua vigência (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2014).

Imaginário político paraibano e o passado: coronelismo, mandonismo e clientelismo

Com base em relatos que foram se perdendo e se modificando ao longo do tempo, a figura do coronel ainda é frequentemente associada à história da Paraíba. Há, entretanto, alguma confusão em torno dos conceitos e do que se quer referenciar. De forma geral, os saberes do senso comum não distinguem o coronelismo do clientelismo e do mandonismo, sendo as características desses três conceitos colocadas frequentemente sob o mesmo refúgio.

O conceito de coronelismo encontra nos estudos historiográficos um lugar definido. Isso significa que, apesar de algumas divergências em relação a sua origem, o coronelismo é caracterizado como um sistema político que predominou no Brasil durante a República Velha, entre 1889 e 1930. Esse sistema era baseado em barganhas entre o governo da época e os coronéis, como explica Carvalho (1997).

O coronel era detentor de um poder vasto e, de certa forma, tinha o aval do poder legítimo, representado pelo Estado, de exercer todas as atividades acima listadas. Apesar de o coronel ter atestado sua influência sobre seus comandados de formas diversificadas, foi pelo controle que exercia em relação ao voto que ficou conhecido com o passar dos anos. Uma “hipoteca de apoio” (CARVALHO, 1997, sp), que se pode simplificar e colocar em termos mais conhecidos: o voto de cabresto.

Ainda de acordo com Carvalho (1997), enquanto o coronelismo pode ser caracterizado como um sistema político, o mandonismo é uma característica que pode ser atribuída às relações políticas tradicionais de um local. O mandão é “aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política” (CARVALHO, 1997, sp).

Sendo uma característica, o mandonismo pode ser identificado também em práticas do coronelismo, mas não deve ser colocado como um sinônimo deste último, já que transcende sua pontual localização histórica e não é suficiente para se equiparar à complexidade de um sistema político. Isso posto, chega-se ao terceiro conceito, o de clientelismo.

Caracterizado como sendo um tipo de relação entre atores políticos (CARVALHO, 1997), o clientelismo diz respeito ao repasse de certos benefícios públicos em troca de apoio

político, o que muitas vezes envolve promessas de votos. Por isso, atualmente, ao se referir à manipulação de políticos, em algum nível, com vistas a conseguir votos, oferecendo empregos ou isenções fiscais, o termo que melhor se aplica é o de clientelismo.

Entretanto, essa distinção em nada pretende invalidar a forma como os conhecimentos sobre a política são repassados no senso comum, no que se refere aos saberes não codificados, aqueles que permeiam as relações socioculturais e ações do cotidiano. As ideias apresentadas pelo senso comum, aqui, encontram um espaço importante na análise empreendida: é a partir delas que se busca compreender o imaginário político paraibano.

Nesse sentido, percebe-se que as alusões às práticas do coronelismo, como o voto de cabresto e a chantagem eleitoreira, estão tão entranhadas no imaginário local que constantemente fazem parte dos discursos dos políticos. Mas há também aspectos recentes que reconfiguram essa teia de sentidos.

Imaginário político paraibano e ecos recentes: a personalização da política

Pode-se afirmar que o entrelaçamento do campo midiático com o campo político foi responsável pela reestruturação da apresentação dos debates e disputas políticas. Mas essa reestruturação também ocorreu por causa do desenvolvimento da mídia, sua expansão e seu intenso aprimoramento tecnológico. E é no desenvolvimento da mídia que uma das principais características da política local – e nacional – repercute no imaginário político paraibano: a personalização dos debates políticos.

Mais especificamente, pode-se apontar o desenvolvimento da televisão no Brasil e sua rápida alocação como veículo privilegiado de disputas políticas, como o divisor de águas na reestruturação dos debates. Afinal, a TV tornou-se, em pouco tempo, a arena de debates preferida dos políticos brasileiros e, com isso, transformou a arquitetura de apresentação da própria política.

Se antes do *boom* da televisão, em momentos de eleição, os partidos políticos organizavam eventos de grande porte para expor as ideias de seus candidatos e reforçar suas legendas perante a população, depois da massificação do uso da TV foi preciso repensar as estratégias de aproximação com os eleitores. Isso resulta, assim como acontece em outros meios de comunicação, em um molde específico de se absorver e apresentar os debates políticos, que tem como principal característica a personalização dos debates.

Transforma-se, dessa maneira, a disputa eleitoral em uma briga pessoal e localizada,

o que exclui os detalhes do jogo político que envolvem essa disputa: ideias e ideais de partidos, debates aprofundados em torno de alianças e a noção de que a política é mais do que uma briga entre dois (ou mais) oponentes.

É preciso refletir sobre essas mudanças levando em consideração a própria reconfiguração da sociedade com o desenvolvimento das novas tecnologias. Obviamente, novas demandas surgiram em relação à quantidade de informação. A política, assim como outras áreas, também precisou repensar suas abordagens para maximizar os resultados de seus propósitos.

Nesse contexto de mudança, como aponta Lima (2006), a mídia passou a exercer diversas funções que antes eram prioritariamente dos partidos políticos, não apenas em relação à organização dos debates políticos, mas também no que concerne à organização de demandas da população e à fiscalização dos trabalhos realizados pelo governo. Isso porque a visibilidade que a mídia passou a proporcionar aos políticos funciona como uma valiosa moeda de troca.

É nesse cenário que autores como Miguel (2002) e Rubim (2001) afirmam que, diante do predomínio da mídia nas questões que antes eram reservadas aos partidos, é possível falar em um declínio da importância do papel dos partidos políticos. E mais, que uma tendência específica da cobertura midiática das disputas políticas teria forte influência nesse declínio, que é a tendência à “personalização” das disputas, ponto do debate que nos interessa.

Em outras palavras, o foco que a cobertura jornalística tende a dar aos candidatos em detrimento dos partidos políticos faz com que se identifique “uma crescente ‘personalização’ da política e do processo político, que estaria sendo representado como uma disputa entre pessoas (políticos), e não entre propostas políticas alternativas (partidos)” (LIMA, 2006, p. 56-7), o que seria mais um motivo para a perda de força diante do eleitorado experimentada pelos partidos.

É exatamente essa “personalização” das disputas políticas que será averiguada como outra característica que permeia o imaginário político paraibano, sendo também uma das questões mais importantes a serem destacadas no período eleitoral analisado.

Análise da noção de política inserida nas eleições de 2010⁵

A exploração empreendida neste estudo começa em julho de 2010, mês em que as chapas dos dois candidatos foram lançadas e também o mês em que muito se discutiu sobre a candidatura de Cássio Cunha Lima, candidato ao Senado Federal e principal aliado de Ricardo Coutinho.

O apoio de Cássio Cunha Lima era tido como crucial para a vitória de Coutinho nas urnas. O poder da família Cunha Lima no Estado carregava um peso relevante na política paraibana. A cidade de Campina Grande, segundo maior colégio eleitoral da Paraíba e berço político dos Cunha Lima, colocava-se como historicamente comprometida com as alianças feitas por seus políticos. Por isso, seu apoio era requisitado por Ricardo Coutinho, mais conhecido na capital pela gestão na Prefeitura, e sua sobrevivência na corrida eleitoral era posta em xeque por José Maranhão, seu adversário político.

Os desdobramentos dessa questão podem ser vistos na edição de 17 de julho no *Jornal da Paraíba*, quando os candidatos se posicionam a respeito de um ato organizado pela coligação de Ricardo Coutinho, chamado “Deixe o povo votar”. O ato consistia em protestos contra a impugnação da candidatura de Cássio Cunha Lima ao Senado, enaltecendo a vontade de se manifestar de forma livre na política que o cidadão deveria ter. A matéria traz o posicionamento de Ricardo Coutinho, ao afirmar:

Para o candidato ao Governo do Estado, Ricardo Coutinho (PSB), o movimento é apartidário e tem o objetivo de conclamar a população da Paraíba a dizer que não aceita a perseguição, a mordaza e a política que tenta impedir o povo de se manifestar livremente. “É esse tipo de postura que tem que acabar na Paraíba. O povo não aguenta mais esse tipo de política atrasada, retrógrada, que persegue as pessoas pelo simples fato delas pensarem diferente”, comentou Ricardo (DA REDAÇÃO, 2010, p. 4).

Nessa primeira fala de Coutinho, percebem-se questões que vão se manifestar frequentemente em seus pronunciamentos. A primeira delas é a referência à falta de liberdade que permeia a política paraibana, praticada até então. Essa falta de liberdade será tratada de duas formas distintas, mas complementares: primeiro, como a falta de liberdade para os cidadãos, que têm seus direitos políticos reduzidos por estarem atrelados a um sistema de atraso; segundo, como a falta de liberdade da política em si, que não tem terreno propício para se desenvolver, pois se encontra presa às práticas do passado.

Dessas duas faltas de liberdade resultam as referências ao coronelismo, sendo críticas à forma como os políticos lidam com o poder e, conseqüentemente, referências aos rumos da política de forma geral. As falas do candidato Ricardo Coutinho remetem de forma mais explícita ao coronelismo, com alusões ao voto de cabresto, ao falar em “política que tenta impedir o povo de se manifestar livremente” (DA REDAÇÃO, 2010, p. 4).

Ainda segundo a matéria de 17 de julho, o objetivo do ato era “defender a soberania do voto popular” (DA REDAÇÃO, 2010, p. 4), vista como ameaçada em razão da tentativa de embargo por parte do candidato opositor, José Maranhão, às candidaturas de Coutinho e Cunha Lima.

É nesse contexto que uma fala de Ricardo Coutinho é usada para justificar a organização do ato. O candidato do PSB afirma: “É esse tipo de postura que tem que acabar na Paraíba. O povo não aguenta mais esse tipo de política atrasada, retrógrada, que persegue as pessoas pelo simples fato delas pensarem diferente” (DA REDAÇÃO, 2010, p. 4). Essa fala também faz uma referência à ideia que o senso comum difunde sobre o coronelismo. A perseguição ao “pensar diferente”, a que Coutinho se refere, diz respeito ao controle com que adesões políticas eram tratadas pelos coronéis: não se apoiava nem votava em candidatos que não fossem os indicados por eles.

Esse tipo de alusão foi feito frequentemente por Ricardo Coutinho na época analisada. Assim, Coutinho utilizou as referências ao sistema coronelista para caracterizar a abordagem política de seu oponente José Maranhão. No entanto, essa foi uma tática particularmente pertinente, já que o próprio Ricardo Coutinho enfrentou duras críticas, à época das eleições, devido à sua aliança com Cássio Cunha Lima, filho de Ronaldo Cunha Lima e representante de uma tradição de política familiar associada ao coronelismo na região.

As referências seguem e podem ser vistas também na edição do dia 29 de setembro do *Jornal da Paraíba*, em uma matéria sobre o debate realizado oito dias antes na TV do grupo, intitulada “Sob críticas de Nelson, Ricardo faz ataque à ‘gestão do chicote’ na PB”. A matéria traz alguns trechos do debate em que os candidatos Ricardo Coutinho e Néelson Júnior criticam Maranhão. Mas, dessa vez, as críticas destacadas foram em relação a sua administração e a seu comportamento na política local. O principal destaque feito por Coutinho foi, mais uma vez, em relação aos resquícios do coronelismo que eram

identificados nas ações de Maranhão.

“A Paraíba precisa olhar para frente, porque não pode continuar na lógica da República Velha em que se governava com uma caneta numa mão e um chicote na outra. O Estado não pertence a Maranhão nem a nenhum de nós que venha a governá-lo. Pertence ao povo”, atacou Ricardo Coutinho, ao condenar a atual administração estadual por, segundo ele, perseguir prefeitos que apoiam o candidato da oposição (GAIÃO; LINS, 2010, p. 4).

A referência ao coronelismo, feita na frase “A Paraíba [...] não pode continuar na lógica da República Velha em que se governava com uma caneta numa mão e um chicote na outra”, pode ser vista como mais uma maneira de construir, em torno de Maranhão, uma imagem de atraso e de práticas nocivas à política local. O esclarecimento do jornal em relação à fala de Coutinho também reforça a construção dessa imagem. A política para Maranhão, de acordo com esses discursos, é um exercício que depende apenas de sua vontade. Faz-se o que se quer – não o que precisa, em nome dos cidadãos – não sendo preciso se preocupar com represálias, pois centraliza-se todo o poder de decisão.

Como dito anteriormente, a estratégia foi amplamente utilizada por Ricardo Coutinho para colocar seu adversário atrelado a noções negativas. Pode-se afirmar que, nesse sentido, a estratégia de Coutinho foi tão repetida ao longo da campanha porque a alusão ao coronelismo e suas mazelas é algo que está presente de forma vívida no imaginário político paraibano. Reconhecem-se as referências ao coronelismo e reconhece-se também que se trata de uma prática atrasada e corrupta. No entanto, a questão é que esses reconhecimentos não garantem que os indivíduos de fato percebam a política maranhista como coronelista, apenas porque Ricardo Coutinho está sugerindo que o é.

De toda forma, a crítica à falta de liberdade e a referência ao coronelismo também é vista no *Correio da Paraíba*. Nos discursos veiculados pelo periódico, os contornos da falta de liberdade acompanham as críticas à maneira como a política empreendida por José Maranhão é executada. É o que pode ser visto na matéria “Oposição propõe ‘um grande salto’”, de 1 de julho de 2010, que trata da homologação da candidatura de Ricardo Coutinho para o cargo de governador do Estado. Nela, afirma-se:

Um salto na forma de administrar a Paraíba e na forma de desenvolvê-la. Esse foi o tom do discurso de Ricardo Coutinho [...] “Vamos dar um grande salto na forma de administrar esse Estado e na forma de desenvolvê-lo, aposentando a forma arcaica de fazer política. Uma política ultrapassada, que só sabe agir como se estivesse olhando pelo retrovisor. Esse é o grande salto que a Paraíba precisa”, disse Ricardo (RODRIGUES, 2010, p. A3).

A ideia de política ultrapassada está vinculada às antigas práticas dos coronéis: os mandos e desmandos, o cerceamento da liberdade de escolha política, o uso da força para garantir suas vontades. Todas essas práticas estão implícitas nas afirmações de Coutinho. Em outra matéria do *Correio da Paraíba*, intitulada “Ricardo defende novo ciclo político” e veiculada no dia 27 de agosto, Coutinho afirma que a Paraíba se encontrava estagnada devido a antigos vícios políticos, alimentados pelas práticas políticas de seu adversário. “Numa alusão ao esquema do governador José Maranhão (PMDB), seu concorrente e líder nas pesquisas, Ricardo declarou: ‘o ciclo político que aí está, está acabando, inclusive do ponto de vista orgânico’” (DOS SANTOS, 2010, p. A4).

Dessa forma, o candidato Ricardo Coutinho fez o duplo discurso de mostrar o problema e oferecer a solução. Ao se referir à política paraibana como deficitária em liberdade e envolta por práticas antiquadas do sistema coronelista, Coutinho se colocou não apenas como crítico dessas práticas, mas como aquele capaz de libertar a todos.

Por sua vez, para se defender das acusações de que levava a política paraibana como um coronel, tolhendo as liberdades individuais, José Maranhão recorreu às virtudes morais como sendo prerrogativas de um homem político. Ao fazer isso, Maranhão não apenas se colocou como um político íntegro, um homem que age de acordo com a moral porque sabe que é o correto exigido pelo seu papel, mas fez pressupor que só estariam agindo da mesma forma aqueles que discordassem do posicionamento defendido por Ricardo Coutinho e Cássio Cunha Lima.

No *Jornal da Paraíba*, essa referência apareceu cinco dias depois da matéria veiculada sobre o ato “Deixe o povo votar”. Na ocasião, Maranhão se manifestou sobre o ato encabeçado por Coutinho e Cunha Lima, dando uma nova perspectiva para esse posicionamento. Na matéria intitulada “Maranhão: duro ataque ao ‘Deixe o povo votar’”, de 23 de julho, lê-se o seguinte:

O governador José Maranhão, da Coligação Paraíba Unida, declarou ontem, durante inauguração do Comitê Central de campanha, que defende o voto livre e independente, mas também o comprometido com a moralidade e a honestidade na vida pública. “A Paraíba precisa votar nos fichas limpas porque essa foi a opção dos brasileiros e dos paraibanos” (GAIÃO, 2010a, p.2).

Seguindo nessa linha de raciocínio que prioriza as virtudes morais, no mês seguinte, o

Jornal da Paraíba trouxe outra matéria com a defesa de José Maranhão da Lei da Ficha Limpa. Essa defesa pode ser vista como um ataque a Coutinho, já que ele estava enaltecendo o apoio vindo de Cássio Cunha Lima à sua campanha. De acordo com a matéria, Maranhão afirmou:

“Nós estamos observando a legislação vigente. Evidente que qualquer endurecimento, desde que não seja um exagero, é bem-vindo. Porque nós também aprovamos esse movimento que tomou conta da Justiça Eleitoral, do Congresso Nacional, que aliás, saiu na frente com a Lei da Ficha Limpa. É bom que isso, aqui, na Paraíba, também possa ser aplicado, de maneira que a vida pública esteja cada vez mais respeitada pela integridade moral, política e ética dos seus integrantes”, disse José Maranhão (LINS, 2010, p. 2).

Na fala acima, Maranhão destaca que a vida pública deve ser amparada na integridade moral, política e ética. Dessa forma, pode-se concluir que um político sob a mira da Lei da Ficha Limpa não estaria contemplando todas essas virtudes e também não estaria quem se deixa apoiar por um político “ficha suja”, como era o caso de Coutinho.

Dias depois, em 3 de agosto, no *Jornal da Paraíba*, foram veiculadas matérias com comentários dos candidatos sobre os resultados da primeira pesquisa de intenção de votos, divulgados dias antes, em 31 de julho. De acordo com o Ibope, naquele momento, José Maranhão estava com 48%, enquanto Ricardo Coutinho tinha 32% (GAIÃO, 2010b, p. 2).

O primeiro comentário foi dado por Maranhão, que, segundo a matéria, estava feliz com os números, mas queria evitar o esmorecimento da militância, o que poderia ocorrer pelo sentimento de “já ganhou”. Usando um termo muito popular para se referir a essa situação, “evitar o salto alto”, o candidato à reeleição afirmou que “sabia que só se tem a vitória depois da apuração, depois de contado o último voto” (GAIÃO, 2010b, p. 2).

Por sua vez, Ricardo Coutinho se colocou bastante desconfiado dos números apresentados pela pesquisa, tendo em vista toda a boa recepção que estava recebendo nas ruas, em suas campanhas junto ao povo. Ele também ressaltou que a disputa estava ainda em fase inicial, o que não daria tanta força aos números divulgados. Além disso, Coutinho enfatizou o debate de ideias como sendo central para o exercício da política:

Ele [Ricardo] lembrou que a campanha está começando para valer nesse momento e o caminho é longo. “Política para mim é uma comparação de posturas e ideias e realizações. Isso cria nas pessoas a lógica de, ao comparar o que se fez até então, dá a ela exata noção da capacidade de cada um de fazer adiante. Estou satisfeito com isso”, concluiu Coutinho, que fez caminhadas no final de semana em João Pessoa e Campina Grande, onde também realizou o primeiro comício de campanha (GAIÃO, 2010c, p. 2).

Pode-se pensar que a política como “uma comparação de posturas e ideias e realizações”, como aponta Coutinho, tem como origem a concepção de Aristóteles. Nesse sentido, há o destaque que Aristóteles impunha ao homem político, o que busca o que é bom para a sua sociedade. Era com o intuito dessa busca que se discutia bastante, dialogava-se em busca do bem comum com o cidadão de igual papel. A Ágora figurava, então, como o local que tinha um papel central na política, afinal, era na praça pública que se abria a possibilidade de diálogo entre os cidadãos (ARISTÓTELES, 1985; 2004).

Discutir os rumos da *pólis*, na Grécia Antiga, era possível, sem que um interlocutor específico se colocasse entre as demandas. No entanto, tinha um detalhe importante para que o diálogo fosse possível: só poderiam participar dos debates os cidadãos, o que significa dizer que a troca de ideias acontecia entre aqueles que eram homens livres. Era o que se pode caracterizar como a igualdade entre iguais (TORRES, 2007), e não a suposição de que todos são iguais de fato.

Por isso, é possível enxergar esse traço de pensamento na fala de Ricardo Coutinho sobre o debate de ideias. A política aristotélica, que previa as longas discussões em busca do bem comum entre os cidadãos envolvidos no manto da liberdade da Antiga Grécia, e o enaltecimento do debate de ideias também está presente nos discursos de Coutinho veiculados pelo *Correio da Paraíba*. Na matéria intitulada “Discussão de ideias para uma nova PB”, publicada em 15 de setembro de 2010, o periódico traz as opiniões de Ricardo Coutinho sobre o desempenho do candidato adversário no primeiro turno. Segundo a matéria, Coutinho afirmara que o despreparo de Maranhão para discutir ideias e mostrar propostas foi um de seus grandes problemas na campanha. O jornal destaca:

Segundo Ricardo, que para este segundo turno quer mobilizar ainda mais a militância e os apoiadores para sua candidatura, o que derrotou o candidato adversário, o governador José Maranhão (PMDB) – que disputa a reeleição – foram as ideias. “Tenho a consciência, de campo das ideias e de programas para o Estado estou bem à frente do outro candidato, em situação muito superior. Porque o candidato adversário vai continuar sendo derrotado no debate programático, por não ter o que dizer aos paraibanos”, declarou o candidato socialista (GUEDES, 2010, p. A4).

O candidato José Maranhão se manifestou a respeito de sua ausência nos debates de 2010, ressaltando o caráter de ataque pessoal que os debates podem assumir e as frequentes trocas de farpas sem qualquer intenção de realmente discutir ideias e propostas. Em uma

matéria do dia 10 de setembro, intitulada “Governador vê circo armado em debates”, o *Jornal da Paraíba* apresenta as críticas de Maranhão à lógica dos debates, tão defendida por Coutinho.

Segundo José Maranhão, o seu debate “é com o povo e com a sociedade”, portanto ele não pretende participar do que classificou como um “circo armado”, a pretexto de discutir propostas de governo. “Ofensas pessoais em tom nervoso não é a minha praia”, alertou o governador. [...] “Acredito que os paraibanos não estão vislumbrando nesses debates qualquer solução para os problemas do Estado. A sociedade quer medidas concretas, que resolvam os problemas do povo e soluções adequadas para os problemas nacionais”, ressaltou (GAIÃO, 2010d, p. 3).

Pode-se perceber a tentativa de Maranhão de desconstruir a lógica de Coutinho, de que a política necessariamente teria de ser discutida nas “Ágoras modernas”, representadas pelos meios de comunicação. O candidato peemedebista coloca em xeque a qualidade dos debates promovidos pelos meios, tendo em vista a espetacularização da política e, em grande medida, a personalização dos debates.

O candidato José Maranhão, ao afirmar “ofensas pessoais em tom nervoso não é a minha praia”, coloca em evidência o outro lado dos debates, enaltecidos por Coutinho: o esvaziamento da proposta dos debates em discutir e comparar propostas. Desse modo, é o foco no embate pessoal que ganha força, na disputa entre duas pessoas, mais do que na disputa entre propostas distintas.

Considerações finais

Se o passado permeou o imaginário político paraibano com ideias relacionadas ao coronelismo, mandonismo e clientelismo, contextos mais recentes trazem construções que centralizam o debate político em personagens específicos da política local. As ideias defendidas por Lima (2006) evidenciam como o protagonismo da mídia na sociedade acabou por reestruturar os debates políticos, o que foi igualmente absorvido pelo imaginário político e adaptado ao contexto local.

Ao impor ao seu adversário uma prática política feroz, Coutinho atribui a Maranhão a sede de poder e a não observância de limites. Auxiliando Ricardo Coutinho nessa construção, está a já consolidada imagem do coronel na política paraibana. O dono da política da época da República Velha, o que desconhece limites ao seu poder, o que impõe a

sua preferência, se preciso, por meio da violência.

Com essas referências, os candidatos trabalharam a construção da noção de política. Mas, como dito no início, não é uma noção uniforme e fechada. José Maranhão e Ricardo Coutinho atuaram com a noção de política em seu sentido amplo, com diversas e diferentes referências, a fim de atingir objetivos distintos. O que se coloca, então, é o quanto a noção de política é maleável, e o quanto reflete construções de outros tempos, ainda hoje.

Desse modo, é possível perceber a força que certos conceitos exercem e a eficácia com que são reconstruídos e repassados no cotidiano. As noções de coronelismo e personalismo têm sido revisitadas, reconstruídas pelo imaginário, amplificadas ou diminuídas, de acordo com o contexto, nas atividades cotidianas, inclusive pelo jornalismo. Daqui a algum tempo, poderão ganhar outras significações. Nem mais certas, nem menos erradas, apenas seguindo o fluxo dos discursos nas interações humanas, em um ciclo contínuo.

Referências

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

DA REDAÇÃO. Ricardo e Cássio organizam ato público. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 17 jul.2010. Política, p. 4.

DOS SANTOS, Adelson Barbosa. Ricardo defende novo ciclo político. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 27 ago. 2010. Política, p. A4.

DURAND, Gilbert. **O imaginário**: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, v. 40, n. 2, 1997. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 10 maio 2021.

GAIÃO, Clóvis; LINS, Aline. Sob críticas de Néelson, Ricardo faz ataque à ‘gestão do chicote’ na PB. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 29 set. 2010. Política, p. 4.

GAIÃO, Clóvis. Pesquisa Ibope causa reações conflitantes. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 3 ago.2010b. Política, p. 2.

GAIÃO, Clóvis. Ex-prefeito fala em sintonia com as ruas. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 3

ago. 2010c. Política, p. 2.

GAIÃO, Clóvis. Governador vê circo armado em debates. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 10 set. 2010d. Política, p. 3.

GUEDES, Lenilson. Discussão de ideias para uma nova PB. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 15 set. 2010. Política, p. A4.

LIMA, Venício A. de. **Mídia**. Crise política e poder no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LINS, Aline. Maranhão quer fichas limpas no governo. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 8 set. 2010. Política, p. 2.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 74-82, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2001.15.3123>. Acesso em: 3 maio 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Osmeios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, v. 6, n. 55, p. 155-184, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a07n5556.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2021.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 31, p. 147-160, 2003.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Eleições e idade mídia. *In*: FILHO, Clóvis de Barros. **Comunicação na pólis**: ensaios sobre mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 40-59.

RODRIGUES, Adriana. Oposição propõe um grande salto. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 1 jul. 2010. Política, p. A3.

TORRES, Ana Paula Repolês. O sentido da política em Hannah Arendt. **Trans/Form/Ação**, v. 30, n. 2, p. 235-246, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732007000200015>. Acesso em: 3 maio 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Lei da Ficha Limpa será aplicada nas eleições gerais pela primeira vez**. Brasília, Portal TSE, 22 jan. 2014. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Janeiro/lei-da-ficha-limpa-sera-aplicada-nas-eleicoes-gerais-pela-primeira-vez>. Acesso em: 3 jan. 2021.

VIEIRA, Stalimir. **O moído de 2002**: bastidores da campanha eleitoral que rachou a Paraíba. São Paulo: Livro Livre, 2006.

Submetido em: 28.05.2021

Aprovado em: 28.01.2023